

Universidades Lusíada

Universidade Lusíada de Lisboa
Universidade Lusíada do Porto
Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão
Universidad de San Pablo - Tacumán

**Convénio de cooperação académica entre a
Universidad de San Pablo e as Universidades
Lusíada**

<http://hdl.handle.net/11067/717>

Metadados

Data de Publicação	2014-01-27
Resumo	Desenvolvimento da cooperação académica através dos seguintes meios: - Intercâmbio de graduandos, graduados, pós-graduados, mestres, doutores e docentes; - Possibilitar a frequência de pessoas recomendadas pela USPT às aulas dadas nas Universidades Lusíada e vice-versa; - Inscrições de estudantes graduados em condições preferenciais; - Intercâmbio de docentes com vista, especialmente, à participação em aulas dos programas de doutoramento e de pós-graduação; - Participação em co-orientação d...
Palavras Chave	Programas de intercâmbio de professores, Programas de intercâmbio de estudantes, Cooperação universitária
Tipo	other
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL] Convénios, acordos e protocolos

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T18:17:02Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDAD
DE SAN PABLO-T
Tucumán | Argentina



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA
ENTRE A UNIVERSIDAD DE SAN PABLO E AS UNIVERSIDADES LUSÍADA

Pelo presente convênio, de um lado, a UNIVERSIDAD DE SAN PABLO (USPT), de San Miguel de Tucumán (Argentina), representada pelo seu Reitor, Dr. Juan Pablo Lichtmajer

e

De outro, as UNIVERSIDADES LUSÍADA, de Lisboa, Porto e Vila Nova de Famalicão (Portugal), representadas pelo seu Vice-Chanceler, Professor Doutor Afonso D'Oliveira Martins,

Celebram entre si o presente convênio de cooperação acadêmica internacional, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O presente convênio tem por objeto a cooperação acadêmica.

CLÁUSULA SEGUNDA – METAS E FORMAS DE COOPERAÇÃO

1. Para a realização dos objetivos definidos no artigo anterior, as duas partes outorgantes servir-se-ão dos seguintes meios:
- 1.1. O intercâmbio de graduandos, graduados, pós-graduandos, mestres, doutores e docentes, observadas as leis próprias dos respectivos Estados;
 - 1.2. A frequência de pessoas recomendadas pela USPT às aulas dadas nas Universidades Lusíada e vice-versa;
 - 1.3. A inscrição de estudantes e graduados da outra parte em condições preferenciais;
 - 1.4. A inscrição para os programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, de alunos ou graduados da outra parte será realizada de acordo com as disponibilidades próprias e nos termos dos processos seletivos, previamente estabelecidos e divulgados, respeitando-se o critério de mérito dos candidatos;
 - 1.5. O intercâmbio de docentes com vistas, especialmente, à participação em aulas dos programas de doutoramento e de pós-graduação;
 - 1.6. A participação de docentes das duas Partes outorgantes em co-orientação de teses e monografias elaboradas para progressão na carreira acadêmica e científica e também em júris de mestrado e doutorado;
 - 1.7. O intercâmbio de investigadores, com o compromisso recíproco das Partes outorgantes, de acompanhamento e orientação dos respectivos projetos de investigação.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUPORTE FINANCEIRO

1. Todas as questões que tornem operativo este Convénio serão resolvidas em Convénios específicos, que também estabelecem o modo de repartição de obrigações e recursos.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES

1. A USPT e as Universidades Lusíada aceitam colocar ao dispor dos discentes, docentes e investigadores que participem de atividades permitidas nos termos deste Convénio, as suas bibliotecas, centros de documentação, centros de meios informáticos e outros análogos, nos mesmos termos e condições de acesso estipulados para os seus discentes, docentes e investigadores.
2. As taxas de inscrição, anuidades e outras taxas académicas serão dispensadas para os alunos envolvidos em programa de co-orientação em doutorado e nos casos de intercâmbios para alunos de graduação, podendo, todavia, ser cobrado na Universidade anfitriã uma taxa de supervisão académica a fixar por acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – CO-ORIENTAÇÃO EM PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO

1. A co-orientação de discentes envolvidos no programa de pós-graduação, em nível de doutorado, será realizada de acordo com o princípio da reciprocidade;
2. Os co-orientadores controlarão e responsabilizar-se-ão pela pesquisa e pelo desenvolvimento dos trabalhos dos pós-graduandos envolvidos, exercendo, ainda, todas as funções de orientação dos discentes;
3. Os co-orientadores deverão registar-se perante os órgãos competentes pelos programas de pós-graduação das Universidades envolvidas;
4. O tempo de preparação da tese será estabelecido oportunamente em Convénios específicos a estabelecer entre as partes;
5. O discente deverá seguir, com prevalência, as normas da Universidade em que escolher realizar a defesa da tese ou dissertação;
6. Os júris serão compostos por membros designados de comum acordo pelas duas Universidades, incluindo necessariamente os co-orientadores;
7. Os júris deverão ser compostos por, pelo menos, cinco membros, sendo dois de cada uma das Universidades envolvidas, para além do respectivo Presidente, por outro docente da Universidade onde se realiza a defesa;
8. As despesas com a constituição e funcionamento dos júris serão sempre suportadas pelos alunos envolvidos;
9. A proteção dos temas das teses, assim como a publicação, exploração e proteção dos resultados da pesquisa comum às duas Universidades devem ser asseguradas em conformidade com os procedimentos específicos de cada instituição.

CLÁUSULA SEXTA – INTERCÂMBIO DE GRADUAÇÃO

1. A partir de 2013/2014, a USPT e as Universidades Lusíada abrirão, anualmente, nos seus cursos de graduação, até 5 vagas em cada Faculdade/ Instituto, para recebimento de alunos de graduação da outra parte;
2. Poderão participar do programa de intercâmbio em graduação os alunos que já tiverem concluído dois semestres na instituição de origem e cujo aproveitamento geral nos estudos seja igual ou superior a 70% do índice ou média máxima;
3. Os graduandos estrangeiros poderão escolher as disciplinas que desejarem cursar, as quais serão objecto de um “acordo de estudos” a celebrar com as autoridades académicas respectivas, devendo submeter-se aos mesmos exames e obrigações dos alunos regulares;

4. As partes comprometem-se, dentro das especificidades de seus sistemas educacionais e da compatibilidade comprovada, a reconhecerem a equivalência dos estudos realizados na outra instituição, conferindo os mesmos créditos, nos termos do “acordo de estudos” celebrado;
5. A seleção dos alunos para realização de estudos de graduação na parte estrangeira será feita segundo o critério dos coordenadores e preferencialmente por provas e entrevistas;
6. Aplicam-se aos alunos estrangeiros, na ausência de disposição deste Convênio, todas as regras e princípios vigentes na instituição em que forem recebidos para realizarem seus estudos.

CLÁUSULA SÉTIMA – COORDENAÇÃO DO CONVÊNIO

1. A Coordenação do presente Convênio estará a cargo de quem para tal for designado por cada instituição;
2. Caberá aos coordenadores resolver as questões acadêmicas e administrativas que surgirem durante a vigência do presente Convênio, bem como a supervisão das atividades;
3. O docente responsável deverá informar os docentes e investigadores estrangeiros, sobre a organização dos trabalhos que serão realizados no âmbito a sua Universidade dentro de Linhas de Pesquisa bem definidas, tendo em vista uma produção intelectual de qualidade.

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA

1. O presente Convênio vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da última assinatura.

CLÁUSULA NONA – DENÚNCIA

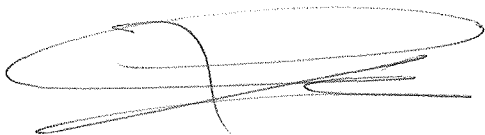
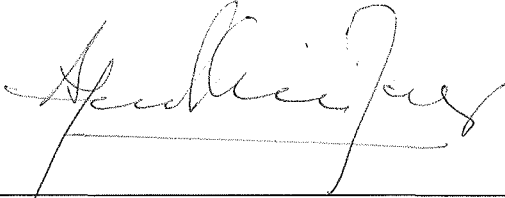
1. O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;
2. Havendo controvérsia, as partes definirão as responsabilidades pela conclusão ou encerramento das atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

1. Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Convênio, as partes empregarão todos os esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, indicarão as partes, de comum acordo, um terceiro, para atuar como mediador.

E por estarem de acordo, as Partes assinam o presente convênio em **3 (três)** vias de igual teor e para um só efeito.

San Miguel de Tucumán e Lisboa, 17 de setembro de 2013

UNIVERSIDADE DE SAN PABLO	UNIVERSIDADES LUSÍADA
	



UNIVERSIDAD
DE SAN PABLO-T
Tucumán | Argentina



CONVENIO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA ENTRE LA UNIVERSIDAD DE SAN PABLO Y UNIVERSIDADES LUSIADA

Mediante esta disposición, por un lado, la Universidad San Pablo Tucumán (USPT), San Miguel de Tucumán (Argentina), representada por su Rector Dr. Juan Pablo Lichtmajer y

El otro, las Universidades Lusíada, Lisboa, Oporto y Vila Nova de Famalicão (Portugal), representada por su Vice-Canciller, el Profesor Afonso D' Oliveira Martins,

Celebran juntos esta disposición de la cooperación académica internacional, de acuerdo con los siguientes términos y condiciones:

SECCIÓN PRIMERA - OBJETO

1 . Esta disposición está sujeta a la cooperación académica.

SECCIÓN SEGUNDA - METAS Y FORMAS DE COOPERACIÓN

1 . Para alcanzar los objetivos definidos en el artículo anterior, las dos partes otorgantes servirán los siguientes medios:

1.1 . El intercambio de estudiantes universitarios, graduados y postgraduados, así como de profesores, con sujeción a las leyes de sus propios países;

1.2 . La frecuencia de personas recomendadas por la USPT para las clases que se imparten en las Universidades Lusíada y viceversa;

1.3 . Matrícula de estudiantes y graduados de la otra parte en condiciones preferenciales;

1.4 . La inscripción para los programas de postgrado, de maestría y doctorado de la otra parte se llevará a cabo con arreglo a las facultades propias y a los procesos de selección previamente establecidos y publicados, respetando el criterio de los méritos de los candidatos;

1.5 . El intercambio de profesores, en especial, para su participación en los programas de doctorado y de posgrado;

1.6 . La participación de los profesores de ambas partes otorgantes en co - dirección de tesis y monografías preparadas para la carrera académica y científica, así como en tribunales de maestrado y doctorado;

1.7 . El intercambio de investigadores, con el compromiso recíproco de las Partes, para el seguimiento y la orientación de sus proyectos de investigación.

SECCIÓN TERCERA - SOPORTE FINANCIERO

Todas las cuestiones que hagan operativo el convenio marco serán establecidos en convenios específicos, que también establecerán el modo de repartirse las obligaciones y recursos.

SECCIÓN CUARTA - OBLIGACIONES

1 . La USPT y las Universidades Lusíada aceptan poner a disposición de estudiantes, profesores e investigadores que participen en las actividades permitidas en virtud de este Acuerdo, sus bibliotecas, centros de documentación, centros de medios electrónicos y otros similares, en los mismos términos y condiciones establecidos para el acceso de sus estudiantes, profesores e investigadores.

2 . Las tarifas de solicitud, la matrícula y otras tasas académicas no se cobrará a los estudiantes que participan en un programa de co - orientación en el doctorado y en los casos de intercambios de estudiantes pregraduados, sin embargo, se pueden cobrar a razón de tutela académica por la universidad de acogida, en términos fijar por acuerdo entre las partes.

QUINTA PARTE - CO- ORIENTACIÓN EN BUSCA DE DOCTORADO

1 . La co - supervisión de los estudiantes que participan en el programa de posgrado, a nivel de doctorado, se llevará a cabo de conformidad con el principio de reciprocidad;

2 . A los co-asesores incumbe controlar y ser responsable de la investigación y del desarrollo de los trabajos de los estudiantes de posgrado involucrados, haciendo ejercicio de todas las funciones de orientación de los estudiantes;

3 . Los co-asesores deben registrarse ante los organismos competentes para los programas de posgrado de las universidades participantes;

4 . El tiempo de preparación de la tesis a cumplir en cada una de las Universidades se acordará oportunamente en convenios específicos entre las dos instituciones afectadas;

5 . El estudiante debe seguir las normas de la Universidad que elija para realizar la defensa de la tesis o disertación;

6 . Los Tribunales estarán integrados por miembros designados por acuerdo entre las dos Universidades involucradas, incluyendo necesariamente los co-asesores;

7 . Los Tribunales estarán compuestos por un mínimo de cinco miembros, dos de cada Universidad que participan, y de su Presidente, otro profesor de la Facultad/Instituto donde se lleva a cabo la defensa;

8 . Los gastos de establecimiento y funcionamiento de los Tribunales serán siempre a cargo de los estudiantes involucrados;

9 . La protección de los temas de las tesis, así como la publicación, explotación y protección de resultados de investigación comunes a ambas Universidades debe proporcionarse de conformidad con los procedimientos específicos de cada institución.

SECCIÓN SEIS - EL INTERCAMBIO DE LICENCIATURA

1 . Desde 2013/2014, la USPT y las Universidades Lusfada se comprometen a abrir anualmente en sus carreras, hasta 5 lugares en cada Facultad/Instituto, para recibir a los estudiantes de pregrado de la otra parte;

2 . Podrán participar en el programa de intercambio de estudiantes de pregrado los que hayan completado dos semestres en la universidad de origen y cuyo logro general en los estudios no sea inferior al 70 % del índice o medio máximo;

3 . Los estudiantes graduados extranjeros pueden elegir las asignaturas que deseen asistir, que será objeto de un acuerdo de "estudios" a realizar con las autoridades académicas de la misma, debiendo someterse a los mismos exámenes y otras obligaciones de los estudiantes regulares;

4 . Las Partes se comprometen, dentro de los detalles de sus sistemas educativos y compatibilidad probada, para reconocer la equivalencia de los estudios en otra institución, que confiere los mismos créditos, en los términos del acuerdo de "estudios";

5 . La selección de estudiantes para estudios de pregrado en el exterior será a discreción de los coordinadores y de preferencia por las pruebas y entrevistas;

6 . Se aplican a los estudiantes extranjeros, en ausencia de disposiciones del presente Convenio, todas las normas y principios vigentes en la institución en que hayan sido recibidos para llevar a cabo sus estudios.

SECCIÓN SIETE - COORDINACIÓN DE ARREGLO

1 . La coordinación de este Convenio se realizará por las áreas designadas por cada Institución;

2 . A los coordinadores incumbe solucionar las cuestiones académicas y administrativas de referencia que se presenten durante la vigencia del presente Convenio, así como la supervisión de las actividades;

3 . El profesor responsable deberá informar a los profesores e investigadores extranjeros, la organización del trabajo a realizar en virtud de sus áreas de investigación dentro de la universidad, buscando la calidad de la producción intelectual.

SECCIÓN OCTAVA - PLAZO

1 . El presente Convenio tendrá una duración de cinco (5) años a partir de la fecha de la última firma.

SECCIÓN NUEVE - DENUNCIA

1 . El presente Convenio podrá ser denunciado en cualquier momento por cualquiera de las partes, mediante notificación expresa, por lo menos noventa (90) días;

2 . En caso de controversias, las partes definirán las responsabilidades para la finalización o terminación de las actividades en curso.

CLÁUSULA - FORO

1 . Para las dudas que puedan surgir en la aplicación e interpretación del presente Convenio, las partes harán todo lo posible para buscar una solución consensuada. De no ser posible, las partes indicarán, de común acuerdo, un tercer individuo para actuar como mediador.

Y por tener como justo lo acordado, las partes firman el presente Convenio en tres (3) ejemplares del mismo tenor y a un solo efecto.

San Miguel de Tucumán y Lisboa, 17 de septiembre de 2013

UNIVERSIDAD DE SAN PABLO TUCUMAN Y UNIVERSIDADES LUSÍADA

